

GOVERNO ATAÇA A EDUCAÇÃO

> Era Bolsonaro começa com ameaças ao pensamento livre e à Ciência. Mudanças na Previdência e no financiamento público podem prejudicar professores e universidades

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

S seja qual for a reforma da previdência, o setor mais prejudicado será o dos servidores públicos federais, categoria que inclui os professores e técnicos universitários. O alerta é da professora Maria Lúcia Werneck, especialista em políticas da área e presidente da Adufrj. “Enquanto não houver uma proposta unificada e clara do governo, fica difícil analisar. Mas eu, particularmente, acho que vem uma medida que prejudica os funcionários públicos”, afirma.

O governo informou que a reforma será enviada ao Congresso em fevereiro, no início da nova legislatura. Mas, enquanto isso, os rascunhos da proposta circulam no noticiário. Maria Lúcia manifesta preocupação especial com um dos “balões de ensaio”: o aumento da alíquota previdenciária dos servidores, de 11% para 14%. “Isso atinge ativos e aposen-

tados”, observa.

Professora do Instituto de Economia, Denise Gentil também não quis avaliar proposições ainda não oficiais. Para ela, o grande debate deveria ser sobre o chamado déficit da previdência. “O pressuposto da reforma é um rombo anual de R\$ 290 bilhões. Mas o governo destruiu as receitas”. Como exemplos, Gentil lista desonerações “brutalmente elevadas”, o perdão de dívidas do agronegócio e de grandes empresas brasileiras, além da redução das alíquotas de contribuição social das firmas que vão explorar o pré-sal. “Se o sistema está em crise, por que o governo abriria mão dessas receitas?”, questiona. Em entrevista à GloboNews, o professor Carlos Heitor Campani, do Instituto Coppead/UFRJ, informou que a alta informalidade – 37% dos trabalhadores não contribuía para a previdência no fim de 2018 – faz o Brasil deixar de arrecadar aproximadamente R\$ 64 bilhões. Campani destaca que o valor é significativo, mas

também defende uma reforma do atual sistema de previdência para equilibrar as contas do país.

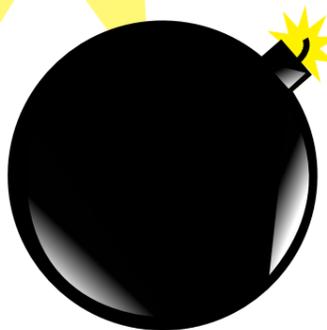
RETROCESSOS MÚLTIPLOS

Além da reforma previdenciária, outras ameaças rondam a comunidade acadêmica. Terceirização ampliada no serviço público, bolsas sob controle ideológico, ataque à autonomia universitária e nenhum incentivo para fundos patrimoniais que podem apoiar a Educação ou a Ciência & Tecnologia são algumas das medidas destacadas na página seguinte desta edição do **Boletim da Adufrj** e que foram anunciadas nas últimas semanas.

Também chamam a atenção os desencontros da nova equipe, como o recuo em relação ao Programa Nacional do Livro Didático: uma mudança feita no edital de 2020 poderia causar a compra de materiais de baixa qualidade – e com publicidade – para as escolas de todo o país. Após pressão da sociedade, o edital foi suspenso.

SEIS MEDIDAS AMEAÇAM UNIVERSIDADES

1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA



O governo diz que a reforma da previdência será enviada ao Congresso Nacional, em fevereiro. Não há detalhes oficiais, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, já adiantou que a proposta apresentará mudanças para o modelo atual e terá novas regras para os futuros trabalhadores.

Para o presente, a equipe econômica fala em aproveitar as principais diretrizes da proposta

de reforma da Previdência do ex-presidente Michel Temer. A ideia da reforma é estabelecer uma idade mínima para que o trabalhador tenha direito a se aposentar. No texto anterior, esse requisito era de 65 anos de idade para homens e 62 para

mulheres, para servidores públicos e para trabalhadores da iniciativa privada. Mas interlocutores do governo Bolsonaro entendem que o período de transição das regras para quem já está no mercado de trabalho deve ser diminuído. Não há sinalização de que os militares serão incluídos.

No longo prazo, o governo pretende definir um corte de renda a partir do qual o segurado seria enquadrado no regime de capitalização: quando o trabalhador poupa para a sua própria aposentadoria. O piso da capitalização em estudo seria um salário de R\$ 4.055,82, em 2030, e que seria reduzido gradativamente ao longo dos anos.

A medida divide especialistas, pois gera um custo elevado para os cofres públicos. Aqueles que ingressarem no regime de capitalização só contribuiriam para os atuais sistemas até o valor de corte (R\$ 4.055, no exemplo). A diferença para os aposentados atuais teria de ser coberta pelo governo federal.

2. TERCEIRIZAÇÃO AMPLIADA



Pela Portaria 443 de 27 de dezembro, o governo de transição divulgou uma lista com 32 tipos de serviços que deverão “preferencialmente” ser terceirizados na administração pública. A nova portaria entrará em vigor no próximo dia 22. Segundo a Pró-Reitoria de Pessoal, a medida não tem efeitos imediatos sobre a UFRJ, porque ainda depende de regulamentação. “Temos servidores exercendo essas atividades e vagas previstas. Mas preocupa. Parece preparar a o terreno para um segundo momento”, avaliou o pró-reitor Agnaldo Fernandes.

4. CRITÉRIO IDEOLÓGICO



Crítério ideológico será mais importante que o currículo de candidatos a bolsas de mestrado e doutorado no exterior. Esta é outra novidade – recebida com indignação pela comunidade acadêmica – anunciada pelo governo Bolsonaro. O MEC discute se vai interromper as bolsas já concedidas. As medidas estão no pacote chamado de “despetização” da máquina pública, que incluiu a exoneração de 320 pessoas com cargos comissionados da Casa Civil. Para identificar os não alinhados, foram procuradas hashtags nas redes sociais dos funcionários, como “Ele Não”.

6. ELEIÇÃO DO REITOR



O MEC publicou ainda no governo Temer, em dezembro, a Norma Técnica 400/2018, com regras para a escolha dos reitores das instituições federais de ensino superior. A partir de agora, além do Colégio Eleitoral, as tradicionais pesquisas realizadas junto à comunidade universitária também devem seguir a regra de atribuir maior peso (70%) aos professores. “Votação paritária ou que adote peso dos docentes diferente de 70% será ilegal, e deve assim ser anulada”, diz trecho do documento. A UFRJ realiza eleições para a reitoria em abril.

3. ENEM SEM “DOCTRINAÇÃO”



Pelo Twitter, Bolsonaro afirmou que o novo responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o economista Murilo Resende Ferreira, priorizará o ensino com enfoque na “formação acadêmica”. E que é preciso ignorar a promoção da “doutrinação” em sala de aula. Para o professor da Faculdade de Educação, Frederico Loureiro, a dualidade “escola forma para o mercado e família forma para a vida” corresponde a um esvaziamento da cidadania e da pluralidade no país. “Não existe escola separada das questões relevantes para a vida, como violência ou desigualdade”.

5. FUNDOS PATRIMONIAIS



O novo presidente sancionou a lei nº 13.800/19 que regulamenta os fundos patrimoniais, uma forma de captar recursos privados para apoiar atividades de interesse público. O problema é que Bolsonaro vetou mecanismos importantes para o sucesso da iniciativa, de acordo com a comunidade científica. Impediu o uso de incentivos fiscais e a adequação de fundos de associações ou fundações já constituídas ao novo modelo. Andifes, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Academia Brasileira de Ciências e outras entidades cobram a retirada dos vetos.

LATTES DE EQUIPE DO MEC PREOCUPA ACADEMIA

Um general sem experiência em saúde chefiará a Ebserh. Um estudioso do impacto da teoria da evolução na fé cuidará da regulação do ensino superior

As universidades públicas foram citadas apenas uma vez no discurso de posse do ministro da Educação, o teólogo Ricardo Vélez Rodríguez. Mas não é só isso que preocupa a comunidade acadêmica. O dirigente cercou-se de

nomes inexperientes na gestão pública para comandar uma das pastas mais importantes e complexas do país. Apenas o secretário de Educação Superior, Mauro Rabelo, e o presidente da Capes, Anderson Correia possuem, em seus

currículos, atividades administrativas de porte. Mauro já foi dirigente no MEC e Anderson ocupou a reitoria do ITA. Entre os novos diretores da pasta, um general sem qualquer formação em Saúde assumiu a presidência da EBSERH.

LUIZ ANTONIO TOZI

Secretário-executivo

Tem dois anos de experiência em gestão de educação. É formado em Engenharia Naval pela USP. Possui mestrado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica e doutorado em Engenharia Mecânica, ambos pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Desde 2016, era vice-diretor-superintendente do Centro Paula Souza – autarquia com 223 escolas técnicas e 72 faculdades de tecnologia no estado de São Paulo.



MAURO LUIZ RABELO

Secretário da Educação Superior

O único a ter experiência no MEC. Foi diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, em 2018. Foi parecerista e coordenador adjunto na análise de livros de Matemática do Programa Nacional do Livro Didático. Fez um pós-doutorado na Universidade de Stanford. É professor Associado do Departamento de Matemática da UnB, onde foi chefe de departamento. Também foi pró-reitor de Graduação.



MARCO ANTONIO BARROSO

Secretário de Regulação e Supervisão e Educação Superior

Um dos ex-alunos do ministro Rodríguez. É formado em Filosofia e possui especialização, mestrado e doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 2011, é docente da Universidade Estadual de Minas Gerais. Uma das suas pesquisas atuais é “Qual o impacto da Teoria da Evolução na crença dos estudantes do 2º e 8º períodos de Ciências Biológicas da UEMG/Ubá”.



ANDERSON RIBEIRO CORREIA

Presidente da Capes

Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica desde 2016, onde cursou mestrado, Ribeiro se graduou na Unicamp. É pesquisador CNPq 1B e doutor em Engenharia de Transportes pela University of Calgary (Canadá). Integra o Conselho de Administração da Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo.



MURILO RESENDE FERREIRA

Coordenador do Enem

O economista, de apenas 36 anos, foi indicado por movimentos ligados ao combate à chamada “doutrinação ideológica” nas escolas. Tem como guru o escritor Olavo de Carvalho e fez parte do Movimento Brasil Livre. Foi professor visitante da Universidade Federal de Goiás e da Escola Superior Associada de Goiânia, por um curto período de tempo. Assumirá a Diretoria de Avaliação da Educação Básica.



OSWALDO DE JESUS FERREIRA

Presidente da EBSERH

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que gerencia hospitais universitários, será comandada por um general do Exército sem formação na área da saúde. O militar chegou a ser cotado para ser Ministro dos Transportes. É dele a frase “No meu tempo não tinha MP e Ibama para encher o saco”, referindo-se à construção da estrada Cuiabá-Santarém (BR-163) durante a ditadura militar.



Descoberta de cientistas da UFRJ pode ajudar a tratar Alzheimer

> **Pesquisa indica que exercício físico associado à proteína irisina exerce efeito neuroprotetor contra a doença que castiga milhões de idosos**

KATHLEN BARBOSA

kathlen@adufjrj.org.br

A excelência da UFRJ mais uma vez ganhou o noticiário do Brasil e do mundo. Uma equipe de 20 pesquisadores do Laboratório de Doenças Neurodegenerativas e cinco colaboradores estrangeiros revelaram que a prática de exercícios físicos pode prevenir e combater o Mal de Alzheimer. A doença, que afeta mais de 1 milhão de pessoas só no país, apresenta como principal sintoma a perda de memória. Fruto de sete anos de trabalho, o estudo inédito foi publicado na revista 'Nature Medicine', no último dia 7.

A relação entre a prática de atividades físicas e a doença foi obtida a partir do exame de uma proteína produzida nos músculos, a irisina. O hormônio – descoberto pelo biólogo Bruce Spiegelman, da Universidade de Harvard, em 2012

– nunca havia sido estudado no cérebro. A pesquisa mostrou que a substância desempenha papel importante no sistema nervoso central: a irisina protege as sinapses – conexões entre neurônios – no cérebro, evitando sua degradação. Os resultados, observados em testes realizados com camundongos, evidenciaram que os indivíduos com Alzheimer conseguiram melhor desempenho da memória:

“Ainda não há tratamentos muito eficazes para a doença de Alzheimer”, explicou o coordenador do laboratório, Sergio Ferreira, professor do Instituto de Bioquímica Médica e do Instituto de Biofísica. “As terapias existentes não alteram o curso da doença. Portanto, as estratégias de prevenção se tornaram muito importantes”.

O grupo de pesquisa trabalha com a doença há 20 anos. “Essa descoberta abre uma perspectiva interessante se

conseguirmos reproduzir em seres humanos os resultados positivos que obtivemos com a irisina em camundongos”, explicou Sergio. “Nós gostaríamos de fazer isso, mas não temos infraestrutura e recursos necessários”, completou.

O professor destacou o trabalho de pesquisa na universidade: “É essencial que nossos governantes e a sociedade como um todo percebam que o dinheiro que se coloca em ciência e tecnologia não é um gasto, é investimento”, disse Sergio. Mychael Lourenço, professor do Instituto de Biofísica e coautor do projeto, comemorou os frutos da pesquisa. “Conseguimos resultados robustos e bem avaliados pela comunidade científica”, disse. Ele também destacou a importância das parcerias: “Queremos fortalecer a relação com instituições estrangeiras para reforçar a importância e o nome da UFRJ no meio científico internacional”, observou.

SILVANA SÁ

NOTAS

ADICIONAIS OCUPACIONAIS AMEAÇADOS

■ Seis mil professores e técnicos-administrativos da UFRJ que recebem adicionais ocupacionais – como insalubridade ou periculosidade, por exemplo – correm o risco de perder o valor na próxima folha de pagamento. A universidade não conseguiu migrar os dados dos servidores para um sistema novo, no prazo exigido pelo governo.

Ainda em 2018, a reitoria solicitou mais tempo ao agora extinto Ministério do Planejamento. O Sintufjrj entrou com um mandado de segurança contra a reitoria e contra o governo para evitar as perdas. “O corte é uma medida arbitrária e burocrática”, criticou a coordenadora do Sintufjrj, Neuza Luzia.

A assessoria do novo Ministério da Economia respondeu que “a concessão do adicional poderá ser restabelecida a qualquer tempo, inclusive de forma retroativa”. Isso será feito na medida em que os órgãos da Administração Pública Federal regularizem a situação do servidor junto ao novo sistema. A pasta contou que a maior parte das universidades conseguiu fazer a migração dos dados, mas não informou quantas nem quais.



MAIS UM INCÊNDIO CASTIGA LABORATÓRIO DA UFRJ

■ O Laboratório de Bioquímica e Biologia Molecular do Câncer, no bloco E do CCS, sofreu um incêndio no dia 10. A brigada local, que controlou as chamas em uma hora, aponta como causa do incidente um problema no aparelho de ar-condicionado. O local estava vazio e ninguém ficou ferido. “Sofremos prejuízo de algumas dezenas de milhares de reais. Mas, felizmente, o mais importante foi preservado”, disse o professor Francisco Prosdociimi.